

Posseiros e comunistas:
reparações diferenciais de direitos humanos

Delma Pessanha Neves*

1. Introdução

Designação de reconhecimento mais difundido, a *ocupação do Imbé* ocorreu em 1º de abril de 1963, em Mocotó, área integrante da Serra das Almas, na parte correspondente ao então município de Campos (hoje Campos dos Goytacazes), estado do Rio de Janeiro. Os ocupantes, contexto em que politicamente foram categorizados como *posseiros*, definiram-na como área devoluta. A qualificação correspondia à legitimidade da posse e da reivindicação da aplicação dos princípios proclamados para fazer acontecer o programa de reforma agrária. Ademais, ela encontrava amparo legal ou oficial, estando incluída como área de litígio a ser colonizada pelo Estado nos diversos programas que, em 1959/60, foram editados como medidas visando ao enfrentamento de diversos conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro. Portanto, a *ocupação do Imbé* se associava a investimentos políticos devotados ao reconhecimento e às tentativas de órgãos estatais de procederem a demarcação de terras devolutas, tal como especificamente, ao final da primeira metade do século XX, contemplavam muitos dos projetos de apropriação produtiva ou especulação imobiliária publicamente registrados (GRYNSZPAN, 1987).

Além desses fatores, destacam-se os investimentos governamentais no sentido de disciplinar e orientar, para fins precípuos, a apropriação da terra, processos que se fizeram acompanhar não só por expulsão, mas também reconhecimento de direitos de tradicionais posseiros. Nessa configuração política estão ainda integrados diversos e consequentes mecanismos de pressão pela manutenção da posição de trabalhador agrícola autônomo. Essas ações coletivas vieram a ser reconhecidas como *movimento camponês* (GRYNSZPAN, 1987).¹

O ideário do programa de colonização no Estado Novo foi crença ideológica fundamental para legitimar, naquele contexto, a migração, a ruptura com tutelas

* Antropóloga, professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF, bolsista do CNPq e pesquisadora visitante do projeto "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).

¹ Investindo na visibilidade de múltiplos desdobramentos do processo de colonização agrícola colocado em prática no governo Vargas, durante o Estado Novo, elaborei reflexões em torno da construção de núcleos agrícolas que foram instituídos no estado do Rio de Janeiro (NEVES, 2013).

paternalistas diante de grandes proprietários e a negação de vínculos como colonos-parceiros ou moradores. Complementarmente, os sistemas de crenças inculcados pela propaganda governamental nutriram, principalmente, o sonho de conquista de autonomia e de alcance de melhores condições básicas de vida para as famílias de muitos agricultores. Por significativa adesão, eles terminaram por pressionar o cumprimento de boa parte daquelas promessas e trouxeram para o palco do debate político, diversas formas de grilagem que estavam em prática em todo território nacional.²

O governo federal, ao assumir o controle de áreas onde delimitou os núcleos coloniais, também estimulou muitas das investidas de apropriação por posse nas áreas do entorno das que foram definidas para implantação daquele programa de colonização (NEVES, 2013). Enfim, havia clima político propício para embalar sonhos de apropriação (oficialmente concedida) de terra para instalação de famílias de agricultores, para a circulação de rumores quanto aos modos da respectiva realização. Eles eram ampliados por relativas objetivações, mas principalmente pela legitimação fundamentada em sistemas de crenças e de justiça social que eram elaborados pelos trabalhadores. Eles próprios guardavam longa experiência de vida na condição de colono ou morador tutelado, posição articulada à compreensão do mundo coordenado por autoridades centralizadas, cujas práticas faziam crer formas de controle de cunho totalizante e advertidamente inquestionável.

À *ocupação do Imbé* foi atribuída a condição de ato inaugural da aplicação prática da conjuntural proposta de reforma agrária, reivindicada por militantes que compunham o quadro de instituições que embasavam ideologias e ações políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Diante dessa qualificação reivindicativa de atos de ruptura na ordem social e política, para uns, ela foi façanha a ser exemplarmente celebrada; para outros, os opositores ao projeto de construção e expansão de direitos de trabalhadores rurais e urbanos, ela devia ser imediatamente e exemplarmente banida.

No ato de produção imediata do fenômeno é possível contar com os registros de semanários: *Terra livre*, jornal vinculado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Utab), editado entre 1949 e 1964; *Novos Rumos*, jornal do PCB,

² Embora anteriormente instituído por medida relativamente isolada, o Centro Agrícola instalado na Fazenda de Santa Cruz veio a se integrar à política de colonização pela associação a dois outros núcleos coloniais, criados entre 1938 e 1941, em terras da Fazenda Nacional de Tinguá e em Duque de Caxias; e, posteriormente, ao núcleo de São Bento, criado em 1938, todos incidentes nos municípios do entorno do Distrito Federal.

criado em 1959, circulando até 1964. Também jornais da grande imprensa (*Última Hora, Luta Democrática, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Fluminense*), especialmente aqueles cujos diretores e alguns dos editores, apoiando as intenções de reforma da organização da sociedade brasileira, investiram em registros quase que cotidianos do evento. E ainda jornais locais ou regionais (*Monitor Campista, A Notícia, Norte Fluminense*), cujos diretores e editores geralmente acentuavam a defesa dos interesses dos proprietários de terra, transubstanciados em defesa do princípio da propriedade privada e ordem moral (social).

Mais recentemente, tornou-se possível contar com inúmeras versões do processo, posto que, pela repressão militar após o Golpe de 1964, o ato foi provisoriamente objeto de produção de esquecimento social e silêncio coletivo; ou também versões de julgamentos em Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que, da mesma forma, por pressão social para certificação coletiva da repressão, passaram a estar disponíveis em do Brasil Nunca Mais: www.bnmdigital.mpf.mp.br/.

Em correspondência a esse recente processo de demanda política para (re)construção e divulgação de outras versões diferenciadas sobre os atos ocorridos no imediato pré e pós-64, muitos relatos de experiências foram assim dignificados. Vieram à luz outras versões correspondentes a interesses e intenções dos que as construíram, especialmente por aqueles que, pelo Golpe Militar (1964), foram condenados pela defesa do projeto de reforma agrária capitaneado pelos dirigentes do PCB (GOMES, 2000, NUNES, 1979, PESSANHA, 1999, PUREZA, 1982).

No entanto, outras secundarizações são ainda reproduzidas, em decorrência das condições em que as versões memorialísticas dos *posseiros* vieram a se enraizar no universo local ou na oralidade patrimonializada em cada testemunha vivente e seus contemporâneos imediatos. Portanto, o trabalho coletivo de memorialização dos intrincados processos de repressão política é bastante distinto, em conformidade à diferenciação de posições entre esses mesmos agentes, ainda que aglutinados de múltiplas maneiras e cumplicidades para produzir o fenômeno da *ocupação do Imbé*.

É de fundamental importância destacar essas distinções quanto ao protagonismo na construção de outras memórias coletivas sobre a repressão intensificada pelas ações decorrentes do Golpe Militar; e, da mesma forma, sobre os atos tomados como objeto de recriminação. Tal reconhecimento coloca em relevo alguns dos limites dos recentes movimentos de verdadeiro desvelamento de versões apagadas pela repressão militar.

Do patrimônio de versões diferenciadas sobre o ato propriamente e os inerentes desdobramentos, mesmo que avançando na construção nacional de visões políticas distintas sobre diversos acontecimentos e agentes que precederam e sucederam ao Golpe Militar, estão excluídas experiências de trabalhadores não atingidos pelo registro da linguagem escrita dos inquéritos policiais militares. Sendo relativamente anônimos, sobre eles restaram versões sobre torturas e espancamentos, no entanto altamente banalizados quando associados aos desaparecimentos (*ninguém mais soube dele*), supostamente posteriores aos meses que estiveram na cadeia municipal. Portanto, a proteção dos trabalhadores não recebeu apoio das lideranças identificadas como pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro, também presas, todavia após registro e condenações nos inquéritos que conduziam à prévia condenação. Por essas diferenciadas formas de viver a repressão instalada no país após o Golpe Militar, revela-se de grande importância a construção do objeto deste capítulo, pautado na análise da diferenciação de modos de atuação dos agentes sociais implicados na *ocupação do Imbé*, para esse efeito contrapostos entre trabalhadores e comunistas, categorização construída pelos primeiros.

Tomando essa dimensão da experiência humana alcançada por atos condenados pelo Golpe Militar, ao reconhecimento ainda restam inúmeros procedimentos de destruição e subtração de registros individuais e institucionais praticados na relativa clandestinidade. Limites de complexa reparação, como também exprime o exercício desta pesquisa, posta em prática 50 anos após o fato ocorrido e visando diminuir o correspondente obscurecimento. Portanto, destacando aqueles limites, também coloco em relevo as circunstâncias atuais de construção de dados: a análise aqui apresentada corresponde à *presentificação* de seletivas interpretações de fragmentos de recordações mais significativas à rememoração. Os dados aqui considerados correspondem a investimentos sociais pautados em leituras atuais de documentos ou de recordações associadas a tantas outras experiências, de qualquer maneira modificadas segundo a percepção daqueles que então por lá estiveram como agentes sociais. Refletindo tempos depois quanto à condição de participação no fenômeno social, esses princípios de interpretação não podem ser subtraídos da compreensão de diversos pontos de vista em jogo na construção da ação coletiva.

2. A ocupação do Imbé pelos anônimos posseiros

Neste capítulo, volto-me para a reflexão sobre as condições de participação, condenação moral e criminal de agentes situados em posição coadjuvante: *trabalhadores* (rurais) que recorrentemente assim se autodistinguiam dos *comunistas*, *grandãos* ou *chefãos*, ao defenderem referências próprias, nem sempre contempladas (embora valorizadas e mobilizadas) pelo ideário das lideranças gestoras da apropriação coletiva da terra em consonância com o Programa de Reforma Agrária. Daqueles em muito dependeu a eficácia prática do ato de apropriação de lotes de terra: permanência no local por meio de construção de casebres, instalação de roçados e criação de pequenos animais, resistência a atos de intimidação e violência e reafirmação do projeto de vida.

São praticamente trabalhadores rurais (ex-colonos na cafeicultura, assalariados na cultura canavieira, campeiros e diaristas nas fazendas próximas ao local da ocupação), oficialmente anônimos e até mesmo irreconhecidos, posto que muitos deles, nem estavam dotados de certidão de nascimento. Participavam então de universos construídos com base em relações face a face: circulavam socialmente ou ganhavam existência social entre interconectadas fazendas; apresentavam-se referenciados a fazendeiros e demais trabalhadores aí integrados. Por consequência, eram e são citados por atributos de posição na família, na vizinhança ou pela reconhecida trajetória de inserção anterior como moradores de fazendas. No universo local eram nomeados por apelidos ou por única referência ao primeiro nome, atributo socialmente autoevidente para os que compunham este mundo experiencial, a ponto de jamais se verem diante da necessidade de incorporar sobrenomes.

A questão privilegiada para este capítulo visa então dar notoriedade social a esse esquecido agente e modo de participação. Afinal, tais anônimos *posseiros* da *ocupação do Imbé*, mesmo no atual contexto de luta por restituição de direitos e recompensas às vítimas da repressão militar, continuam excluídos da oportunidade de requerimento desses serviços e recursos de dignificação social ou reparação moral. Apresentam-se assim inalcançáveis, pelo menos diante dos recursos de levantamento de informações que nos foi possível colocar em prática. Em conclusão, permanecem desprovidos de atributos inerentes ao reconhecimento estatal.

Ressalva e realce reivindicados, o privilegiamento da perspectiva de participação de um dos agentes integrados ao processo de *ocupação do Imbé* não pode prescindir do entendimento relacional da diversidade de modos de atuação e de conteúdos de versões.

Neste caso especial, de registro oral, porque única fonte de dados possível. As condições em que elas foram elaboradas estão associadas ao sistema de diferenciação social e política dos participantes no campo de disputa ou desse lugar objetivante de encontros de interesses distintos. Por isso mesmo, esta condição de análise se embasa na perspectiva relacional, sem também se descuidar de que os agentes sociais, em quaisquer das posições interdependentes, elaboraram e elaboram plausíveis interpretações, perenizando, com maior ou menor intensidade, atributos do acontecimento enquanto fato dotado de crível realidade.

Colocando em prática projetos próprios, mas em ambientes políticos cujos sentidos mais gerais lhes pareciam estranhos, referenciavam-se, e muito mais após o Golpe Militar, por ideários qualificados como anticomunistas. Associaram-se à elaboração de sistemas de ideias legitimadoras da apropriação por concessão de uma suposta autoridade oficial, um chefe de governo variadamente personificado (Getúlio Vargas, Brizola, João Goulart, os mais importantes). Da posição em que oralmente elaboravam e coletivamente reproduziam os sistemas de crenças e projeção de ordem e justiça sociais, autorizavam-se para a incessante reprodução de versões valorativas dessas práticas. Essas versões, pelo decurso de tempo já ultrapassado e pelas diferentes inserções sociais que eles foram mobilizando e adotando, tornam-se cada vez mais fugidias, fragmentárias e descoladas de práticas objetivantes. No atual contexto, foram muitas vezes explicitadas para acentuar processos de mudanças sociais; mas principalmente para corresponder às provocações dos pesquisadores.

Consequentemente, estudar os modos de participação dos *posseiros* ou *trabalhadores* na *ocupação do Imbé*, mais de 50 anos após o fato ocorrido, é praticamente se contentar em valorizar versões que foram mais ou menos intensamente elaboradas e reelaboradas nesses universos de pertencimento; é incorporar à análise os limites e as ausências interpretativas como dados de mesmo porte explicativo. Tudo isso acrescentado dos reordenamentos interpretativos, decorrentes dos próprios atos de repressão. Mas é também denunciar outros efeitos da longa repressão militar, que só permitiu relativo conhecimento público dos procedimentos em questão em momentos em que esse próprio conhecimento, condicionado a muitas limitações, padece de diferenciadas impossibilidades de construção por perspectiva contraposta.

Por intempestivas mudanças de rotas, os *posseiros-colonos* que dão sentido a este texto, dispersaram-se física e socialmente e cultivaram o silêncio e a negação do vivido enquanto partes desse mesmo percurso de reconstituição social. Os que

conseguiram se deslocar da experiência relativamente livres de repressão imediata, percorreram caminhos tão diferenciados que, muitas vezes, o relato da vivência enquanto integrante da *ocupação* corresponde a gestos de gentileza para com o pesquisador. Enfim, no ato da entrevista, ainda operando deslocamentos de situações desvalorizadas, eles acediam ao convite para tematizar aquela experiência, contudo mediante recorrente direcionamento do entrevistador, para que logicamente não se desviassem da temática a eles proposta para o diálogo.

Constituindo-se no decorrer do evento por atos e interpretações e se perenizando como acontecimento exemplar para os diversos agentes que direta ou indiretamente dela participaram apoiando ou condenando, a *ocupação no Imbé*, independentemente dos diversos contextos de aproximação interpretativa, pressupõe o estudo de narrativas sobre ela produzidas. Afinal, está-se diante de um típico fenômeno celebrado por disputas quanto à elaboração da alegórica memória coletiva, tanto dos feitos como dos desfeitos, tanto dos significados que na disputa política foram atribuídos, como também pela singularidade da repressão que exemplarmente os militares por ela responsáveis desejaram demarcar. As versões que são passíveis de reapropriação por registros escritos, assim se patrimonializaram marcadas pelas tentativas de atribuição de alguma legalidade e institucionalidade formal à repressão (inquéritos policiais militares); ou não foram totalmente dissimuladas no tocante a formas de repressão.

A exclusão de registros indicativos da produção e resignificação das versões, é bom frisar, não é apanágio do segmento de participantes basicamente dotados de comunicação fundamentada na oralidade. A clandestinidade e os cuidados com a repressão política sobre agentes identificados com o ideário atribuído *comunista* – real ou supostamente pertencentes ao PCB - são praticamente elementos constituintes das respectivas práticas. Linguagens cifradas, cognomes, seletividade do universo de interrelações de confiança, todos esses fatores dificultam o reconhecimento social e civil de muitos deles. Enfim, versões advindas dos diversos contendores, se elaboradas com base na oralidade, em sua maioria foram sendo enterradas com seus autores.

3. Posseiros-colonos no Núcleo Colonial do Imbé/Supra

Complementando essa delimitação dos problemas em jogo analítico na elaboração deste capítulo e das fontes de informações possíveis, quero também sinalizar outras formas de registro da experiência coletiva, agora qualificadas por algumas inscrições alcançadas pela formalização de medidas objetivas e oficiais para

implantar o Núcleo de Colonização do Imbé. Criado mediante decreto federal de desapropriação da área (Nº 52.108, de 11 de junho de 1963)³, cem dias após o ato de *ocupação*, o reconhecimento da reivindicação política pela instalação do Núcleo fora seguido de ações da Supra- Superintendência Regional de Política Agrária (criada em 1962) além do apoio do governo estadual (Plano de Colonização). Destaco então que a *ocupação do Imbé* não se esgota na ruptura de ordens consagradas e nos atos de repressão.

Embora o reconhecimento recaia sobre a nomeação *ocupação do Imbé*, o registro das ações políticas que fundamentaram tal ato, foi desdobrado em outras tantas modalidades oficiais de reconhecimento dos direitos requeridos. Diversas reportagens jornalísticas registraram a construção de casas e roçados; muitos testemunhos, mesmo em registro de inquérito militar, patentearam a fartura de frutas, tubérculos, cana de açúcar, animais de criação. Os *posseiros*, integrados ao Núcleo Colonial do Imbé, ultrapassaram essa categorização e foram oficialmente qualificados como *colonos*. Desta posição, colaboraram no abastecimento do mercado de compra e venda de lenhas, toras e palmitos no então município de Campos, mediante a presença de intermediários que estavam dotados da propriedade de caminhões, inclusive prestando serviços para usinas de açúcar que consumiam grande quantidade de lenha para as máquinas ferroviárias e fornalhas industriais. Diante da deficitária locomoção e uso de transportes, os *colonos* valeram-se de barcos, caminhões ou ônibus, neste caso se, após uma hora de caminhada, eles fossem alcançados na rodovia estadual Amaral Peixoto, atual BR101, construída em 1943 (cf. Camargo, 1986: 172-174). Quando dotados desses recursos, eles conseguiam vender algum excedente produtivo na cidade.

³ Para os objetivos mais precisos aqui delineados, destaco os dados de delimitação da área oficialmente desapropriada: "Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, a área de terras de aproximadamente 8.500 ha, situada no Estado do Rio de Janeiro, Município de Campos, distrito de Morangaba, lugar denominado Imbé, integrada por várias glebas com os seguintes limites e confrontações partindo, do Norte, do ponto mais alto do pico de São Mateus, na divisa dos Municípios de Campos e São Fidélis, na direção geral Sul, pela linha que liga aquele ponto ao ponto mais alto do Morro do Viana até o rio Segundo Norte, seguindo por este rio águas abaixo, acompanhando a divisa dos Municípios de Campos e Santa Maria Madalena, até a sua confluência com o Rio Imbé e seguindo por este rio, águas abaixo, cerca de seis quilômetros, até encontrar uma estrada carroçável na sua margem direita; seguindo por esta estrada, na direção Sul, cerca de 10 quilômetros até a ponte sobre o rio Urubu; daí, seguindo por este rio, águas abaixo, até encontrar o rumo com rio Imbé e seguindo por este, água acima, até encontrar o rumo Geral Oeste da divisa da "Fazenda Opinião" e seguindo por esta linha e direção em reta, até o ponto de cruzamento com o divisor de águas da Serra do Mócotó; seguindo por este divisor e acompanhando a divisa dos Municípios de Campos e São Fidélis até o ponto mais alto do pico de São Mateus, que serviu de ponto de partida".

Além disso, foram assistidos, antes do Golpe Militar, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Imbé, proposto e dirigido por José Pureza, mas oficialmente reconhecido dia 30 de março de 1964, por ato tornado público em 02 de abril do mesmo ano, portanto, imediatamente após a intervenção militar.⁴ Em seguida, pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, mais tarde renomeado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, que ali se expandia pela representação institucional do delegado sindical. Da criação do Núcleo até à sua dissolução, os *colonos* contaram com relativo apoio institucional por representação local da Supra e mais tarde Ibra, cujos funcionários se instalaram no *casarão-sede*, antiga residência do administrador da fazenda reclamada como propriedade privada da Usina Cupim. Nessas circunstâncias, a presença dos funcionários estatais acenava com relativa estabilidade (em contraposição aos sobressaltos vividos pelas lideranças que se constituíram na *ocupação*); e até mesmo um trabalho de construção de imagens positivas sobre as alternativas de integração à vida social dos munícipes, tanto que o espaço, por convite público, esteve aberto à visita de autoridades e repórteres dos jornais locais. Os *colonos* também puderam contar com apoio de locomoção de emergência, mediante o *jeep* da Supra e, em tese, visitas médicas semanais e presença de professoras.

Imediatamente após a publicação do decreto de desapropriação da área, seguida do anúncio da constituição do Núcleo de Colonização do Imbé, a imprensa local registrou a projeção dos serviços públicos a serem instalados e a definição do número de famílias (200) associadas ao programa de objetivação da unidade produtiva e residencial. Em contraposição, reacenderam as informações sobre a resistência dos proprietários de terra, reproduzindo rumores que impregnavam de medo os trabalhadores e acenavam o malogro ou futuro incerto da alegada ousadia.

As contrapartidas imagéticas pós-golpe militar, destinadas a humanizar os *colonos* (*ex-posseiros*) e suas famílias e a angariar simpatia da população local para a causa, foram registradas por Gomes (2000), destacando os investimentos mediáticos das lideranças ocupadas com a gestão do Núcleo. Reação de longe relativizadora dos atos violentos anunciados pela imprensa local, no sentido de demonstrar as tensões constitutivas do Núcleo e os perigos de desordens sociais. Essas reações foram proporcionais aos investimentos políticos das lideranças locais do PCB e aquelas vinculadas à Ultab, que proclamaram grande reconhecimento da conquista, tornando o

⁴ A referência ao sindicato assim nomeado foi objeto de divulgação pelo jornal Monitor Campista

local da *ocupação* um espaço de festejos e comemorações, mas também de demonstração interpessoal de apoio político, inclusive material, mediante arrecadação e transferência de alimentos, roupas e medicamentos.⁵

4. Trabalhadores e comunistas: construção diferencial de memórias sociais

Na medida dos limites possíveis, analiso alguns registros sobre o sistema de relações inerentes à configuração local, inicialmente da *ocupação x invasão do Imbé*, posteriormente do Núcleo Colonial do Imbé. Conteï com a inestimável e generosa contribuição de Marcelo Hernandez, Renata Figueira e Binta Rodrigues, que, no decorrer de 2005, conseguiram ter contato com alguns dos *colonos do Imbé* que foram, aproximadamente em 1966, transferidos para o núcleo colonial constituído para tal fim, na gleba Vecchi, em Papucaia, município de Cachoeiras de Macacu. Eles cederam o arquivo de entrevistas então obtidas para o grupo de pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, do qual este texto é parte. Ainda autorizaram a utilização de uma série de documentos (relatórios, filmes, vídeos) acumulados no decorrer do trabalho de campo.

Passados mais de 50 anos do evento *ocupação do Imbé*, diversas formas de perscrutação foram colocadas em prática, mas os resultados são tênues, em face das dificuldades para acesso a redes sociais de pertencimento; ou porque a maior parte dos remanescentes dessa experiência já se encontra falecida; ou ainda porque muitos se deslocaram para outros ambientes sociais, caso, por exemplo, daqueles que acompanharam filhos em mobilidade de inserção no mercado de trabalho. Outros tantos, guardando sobre a experiência algumas referências pontuais, definem e limitam os desejos intelectuais e políticos de aproximação compreensiva dos fatos pelos pesquisadores.⁶

Estimular entrevistados na faixa de 80 a 90 anos, como é o caso daqueles chefes de família que participaram da *ocupação*, a comentar aquela experiência é lhes impor um recorte temporal e experiencial que nada tem a ver com as condições em que eles socialmente se constroem. A despeito de enfrentarem as limitações que a idade física ou biológica vai impondo ao ser humano, especialmente se nos iludirmos pela consideração

5 Segundo avaliação de Pessanha (1999), a *ocupação do Imbé* repercutiu em todo o país, mas também agregou forças sociais que o autor considerou mais progressistas, tanto que de forma mais ou menos sistemática, prestou colaboração e apoio aos *colonos*. Entre elas, algumas unidades do quadro institucional do sistema católico local, Caritas (1956 e seguintes) e até mesmo alimentos distribuídos pela Aliança para o Progresso (1961-1969).

⁶ Ver, por exemplo, Macedo, 2007 e Sigaud et al., 2010.

dos dados como supostamente lembranças objetivas de memória, os entrevistados se apresentam por unidade do ser social. Desse modo só podem falar de si mediante concepções muito próprias da elaboração de temporalidades que lhes referenciam ou segundo a imagem que de si construíram em inúmeras experiências de interação social. Afinal, envelhecemos percebendo-nos como os mesmos.

Os ciclos de vida nas diversas temporalidades externamente formuladas se agregam por fios condutores que podem juntar o que enquadraríamos como presente e passado, como presente e futuro. Como afirma Marc Augé (2014), quanto mais tomamos idade, mais em nós se acumulam tempos diversos, diferentes passados, lembranças variadas. As lembranças podem ser jogadas na realidade do momento presente, demonstrando, assim, diferentes tomadas de consciência de nós mesmos. Acumulando diversos passados, cada um de nós saberá construir esse conjunto e essa unidade contextual, inclusive para reagir a definições exteriores, como a que nós, pesquisadores, imputamos, ao propormos ao entrevistado determinadas temáticas e emergência de propositivas lembranças e associações interpretativas de experiências de vida.

Os dados aqui analisados se referem a vivências reelaboradas por incitação, 42 anos após o início da *ocupação* (1963/2005). Por conseguinte, estão sendo por nós retomados mais de 50 anos após aquela delimitação temporal (supostamente inaugural) e 10 anos após a realização da pesquisa aqui referida.

A contribuição fundamental que Marcelo Hernandez e colegas de trabalho de campo emprestam à elaboração deste texto só pode ser compreendida nos limites que eles traçaram para os objetivos da pesquisa que colocavam em prática. Desejavam eles, antes de tudo, conhecer as condições de participação de José Pureza na constituição do *acampamento do Imbé* e a que forma de organização correspondia a experiência social da *ocupação*. Eles seguiram a rede de informações localizando os acampados que alcançaram a condição de *colono*, situação mais facilmente viável pelo contato com os que foram transferidos do Imbé para o Vecchi.

Além dessa colaboração, tem destaque especial a concessão de gravações realizadas e transcritas (infelizmente descontínuas por problemas de registro magnetofônico) por Eliane Cantarino O'Dwyer, em 02 de setembro de 1981, por ocasião do reencontro de José Pureza com os colonos anteriormente referidos. Na ocasião, cada participante comentava a origem social e as condições de inserção e permanência no acampamento e na Colônia, além de, por vezes indignadas avaliações, o

deslocamento a que se submeteram por interposição de militares (identificados por eles como dois generais) do Imbé para Papucaia.

Somente levando em conta essas situações de construção de informações, todas posteriores ao momento da *ocupação* e da vida na colônia (abril de 1963 a janeiro de 1967), poder-se-á acompanhar o exercício que se segue: considerar rememorações individuais (por vezes familiares e uma das vezes em grupo) elaboradas por provocação de pesquisadores.

4.1. Origem social dos entrevistados

Quanto à origem social dos *colonos*, os entrevistados fizeram referências aos designados *flagelados de Campos*, anteriormente habitantes em favelas situadas nas margens do rio Paraíba, atingidos por sucessivas enchentes no início da década de 1960. Segundo eles, no encerramento das atividades do Núcleo, os *flagelados* preferiram permanecer no município, havendo apenas dois casos desses *colonos* que se deslocaram para Papucaia. O conjunto das 84 famílias, entre as acampadas e registradas na Supra e que aceitaram a proposta de deslocamento para Papucaia, advém basicamente de desligamentos de fazendas vizinhas ao local do acampamento, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como do norte do estado do Rio de Janeiro, diante da expropriação da condição de colonos na cafeicultura. Portanto, todas enfrentaram processo de expropriação do acesso aos meios de produção assegurados por contrato de colonato, algumas delas já vivendo condições mais degradadas de vínculo, diante das dificuldades enfrentadas pelos fazendeiros para reprodução da cafeicultura nas condições socioeconômicas e técnicas então vigentes.⁷

No primeiro caso que tomo para exemplo, Seu Helio (85 anos em 2005) operava como tropeiro no deslocamento de produtos, tanto pelo escoamento de café, milho e banana, como retornando com produtos necessários à subsistência dos colonos e fazendeiros. Pela descrição que apresentou quanto ao deslocamento para o Imbé, ele confirma análises por mim já apresentadas considerando toda essa região do norte do estado do Rio e sul do Espírito Santo pela articulação dos mesmos princípios de ordenação de relações econômicas e políticas constitutivas da cafeicultura (NEVES, 1997b). Os trabalhadores mais especializados como carpinteiros, marceneiros e ferreiros circulavam de fazenda em fazenda aí localizadas, demonstrando nominalmente os

⁷ Esse processo de deslocamento foi bastante massivo, tanto que é possível encontrar famílias nessas condições em diversos outros casos de constituição pacífica ou conflitiva de formas de apropriação da terra (NEVES, 1999).

fazendeiros e as fazendas, a diversidade e homogeneidade de situações. Muitos dos colonos puderam se valer de referências mútuas para transferir vínculos entre fazendeiros (NEVES 1997b, 2004).

O caso que seu Helio representa corresponde a uma das alternativas constituídas para adesão dos trabalhadores do entorno da área de *ocupação*. Da leitura da entrevista concedida, depreende-se o percurso de mobilidade física possível naquele sistema de produção e trabalho, de início articulando fazendeiros e trabalhadores dedicados ao cultivo de café, de banana e farinha de mandioca. Após o abandono massivo da cafeicultura, a banana foi deslocada como um dos produtos principais entre os destinados ao mercado, complementando os meios necessários para o desenvolvimento da pecuária e da cultura canavieira.

Esta última foi estimulada pelo projeto de crescimento da Usina Novo Horizonte. Na década de 1960 ela ampliou a produção própria de cana e a concentração da propriedade privada da terra, bem como o número de trabalhadores, visto que, por ser região montanhosa, fora mais lenta a incorporação de instrumentos mecanizados para o processo produtivo. Destaco então que o redirecionamento da atividade produtiva se pautou em processo de concentração das propriedades agrícolas na região (Ver Neves, 1997b, 1999).

Seu Helio, constituindo-se como trabalhador de moralidade socialmente reconhecida para circular entre unidades produtivas agrícolas e agroindustriais, veio a alcançar a condição de *colono* no Núcleo Colonial do Imbé. No decorrer da entrevista, ele acrescenta outras informações cuja análise permite compreender os efeitos da diversidade de formas de afiliação. Neste caso, o deslocamento acompanha a expansão da cultura canavieira e da pecuária em fazendas situadas na base da Serra das Almas, situação em que inicialmente ele se afiliou. Foi na condição de assalariado ou meeiro de fazendeiros (Elivelto e Fausto são os citados), cujas propriedades privadas eram relativamente vizinhas à área de Mocotó, que o Sr. Helio tomou conhecimento da *ocupação*, ou melhor, se integrou aos demais *colonos*. No entanto, como evoca veementemente o entrevistado, depois e da instalação da Supra e da intervenção militar, posto que, anteriormente, ele havia se negado a participar de *invasão*.

Juraci (60 anos em 2005), considerado na sequência, veio com a família e alguns outros grupos domésticos, do estado do Espírito Santo. Ele faz referência a um fluxo migratório de tais famílias para a região da Baixada Fluminense, em busca de construção de novos vínculos produtivos em fazendas aí situadas. Solteiro e ainda

jovem, ele optou por assegurar um lote de terra no Imbé, comparecer com certa sistematicidade ao local, mas vincular-se produtivamente segundo o fluxo de afiliações anteriormente já constituído. Na ocasião da transferência dos *colonos* do Imbé para o Vecchi, ele então se dedica com mais afinco à própria constituição como agricultor, situação, entretanto, assegurada após ou em concomitância a algumas experiências de trabalho assalariado.

Em situação de entrevista, Marcelo Hernandez e colegas da equipe de pesquisa insistentemente propunham a explicação das razões ou motivações pelas quais a decisão de se tornar um acampado no Imbé foi tomada. Diante das respostas dos entrevistados, tecerei alguns comentários a respeito das diversas situações que os casos representam. No caso do Sr Sebastiãozinho (aproximadamente 90 anos em 2005), ele destacou as alternativas abertas mediante circulação boca a boca de informações sobre a distribuição de terras. Ressalta-se, na elaboração da narrativa do Sr. Sebastiãozinho, a construção oficial da autorização para se integrar ao acampamento. Não tendo esclarecido o nome do jornal pelo qual obteve a informação da *distribuição de terreno*, não se pode tentar entender essas formas escritas de mobilização. Mas o caminho seguido por ele e o colega para se sentirem autorizados à apropriação do lote, reafirma a crença em autoridades centralizadas que redistribuíam terra. A referência incide sobre João Goulart, mediante alguém no Palácio do Catete que por este falou e os tornou portadores do *documento oficial* ou *papel* autorizando o acampamento.

No decorrer da reunião da qual participou José Pureza, houve diversas referências à tomada de conhecimento da ocupação por leitura do jornal *Terra Livre* e contato com João Guarda, que havia criado em Itereré (distrito de Campos situado em proximidade à Serra do Imbé), um das unidades da Liga Camponesa. O próprio José Pureza confirmou a ação de João Guarda, destacando a capacidade que detinha de mobilizar trabalhadores mas os limites para colocar em prática a ocupação, por não contar com mediadores adequados ao controle da associação de famílias anteriormente sem vínculos entre si. Coube então, como ele esclareceu, pela Associação dos Lavradores Fluminenses, mobilizar integrantes dos agricultores de Pedra Lisa que detinham experiência de resistência a pressões no sentido de exterminar a experiência de conquista alcançada. Ao apresentar essa explicação, José Pureza também acentuou a pouca experiência política dos acampados no Imbé porque para lá se dirigiram por ruptura de relação com fazendeiros locais, motivação que não poderia, em princípio, corresponder a expectativas de resistência.

Como identificou o Sr. José Eufrásio na reunião considerada: eu, Clariel, Corinto, Antônio Inácio fomos de Pedra Lisa para o Imbé. Achamos que a luta precisava de ajuda. Era recém-criada. Em Pedra Lisa também era um círculo vicioso. Nada resolvia. Havia despejo e fogo.

Pela associação da chegada do Seu Sebastiãozinho ao início de construção de palhoças no acampamento do Imbé, tudo leva a crer que a notícia por ele considerada foi circulada imediatamente após o ato de desapropriação da área; bem como da instalação de representantes da Secretaria Estadual de Trabalho e Serviço Social ou mesmo da Supra. Ele ressalta o até então impedimento de aberturas de clareiras para constituição de *roçado* no interior da mata. Essa prática foi politicamente considerada para o período anterior à desapropriação. Da mesma maneira, ele opera a referência à ocupação da casa do anterior administrador da fazenda, reconhecida como *sede*, *casarão* ou *casa grande*, como ele qualificou. Esta apropriação também só foi possível após aquele ato legal, quando os funcionários da usina abandonaram então essa residência.

Segundo o entrevistado, eles, tão logo souberam do processo de redistribuição, tomaram aquelas providências administrativas e se encaminharam para o local da *ocupação*, pois que temiam não mais encontrar lote de terra. E, com os demais presentes, também passou a investir na construção de casas.

Reafirmando os princípios de crença na autorização oficial da concessão da posse, no decorrer da entrevista, ele nomeia os colegas e familiares com os quais constituíram um dos segmentos de *colonos* no Núcleo: Genio e Clariel. A importância da nomeação pessoal dos colegas, assim como da autoridade central que, para Seu Sebastiãozinho recaía sobre quem *tomava a dianteira das decisões*, leva este senhor, paradoxalmente, a atribuir a João Goulart a decisão do deslocamento de famílias para o Vecchi, de fato ocorrido nos primeiros anos do regime ditatorial.

Pela incorporação de mais um caso demonstrativo da diversidade de situações e motivações que referendavam a opção pelo acampamento, Marcelo Hernandez entrevistou um casal, marido e mulher tendo se deslocado do Espírito Santo acompanhando algumas outras famílias. Também nesses casos, todos estiveram referenciados ao mesmo sistema de autoridade e crença na possibilidade de distribuição oficial de terras aos camponeses. A pessoa que agora encarnava a autoridade é Brizola, que supostamente teria aplicado esse princípio fora (estado do Rio Grande do Sul) e

estendido tais ações para o estado do Rio. Pelas salvaguardas que o Seu Almerindo faz questão de explicitar, ainda diante do receio do tão mal propagado *comunismo*, ele destaca que o pai titubeou, mas apostou na alternativa vislumbrada no Imbé. Ressaltou Seu Almerindo que o pai acompanhou o fluxo de mobilidade constituído por tantos outros, exemplificando, entre os componentes desse deslocamento, o Sr. Sebastiãozinho, também entrevistado.

Pelas narrativas que naquele trabalho de campo foram construídas, julgo possível destacar a convergência de duas ações coletivas na constituição da *ocupação*:

- (1) A dos militantes do processo de resistência a despejos e de adesão ao deslocamento das ações para ocupações antecipativas (ou pressionadoras) de tomadas de decisão oficial pela desapropriação e aplicação do Plano de Ação Agrária ou de instalação da Supra (no caso, acompanhadas de apoio direto de militantes do PCB no plano local).
- (2) A dos camponeses que se encontravam *catando terra* ou como um deles foi qualificado, *maluco por um terreno*, e que estiveram atentos a rumores, pagando para ver pelo engajamento familiar ou de diversos grupos domésticos na experiência do acampamento.

Até aqui atribuí ênfase às situações de adesão familiar e de grupos de trabalhadores alcançados por ações expropriatórias praticadas nos sistemas de produção canavieira e cafeeira. Conteí para tanto, como venho destacando, com as contribuições prestadas por Marcelo Hernandez e equipe de trabalho de campo. A seguir incluirei a análise de outra situação de inserção, nesse caso de trabalhadores que assumiram o ato da *ocupação* coletiva. Para tanto, valho-me de informações obtidas em entrevista realizada por equipe de pesquisadores do Projeto em causa neste texto, no ano de 2014, especialmente com Da. Roseli Borges, que no Imbé chegara aproximadamente aos 11 anos de idade, como neta de um dos principais líderes da *ocupação*: Satiro Borges.

A situação que a entrevistada representa ultrapassa as qualificações imediatamente adiantadas para a experiência local do Imbé. Ela traz luz às articulações de diversas experiências de luta contra despejo de posseiros no estado do Rio de Janeiro, encabeçadas pela Ultab. Nesses termos também demonstra o quanto a *ocupação do Imbé* pode ser compreendida como desdobramento do malogro na luta dos posseiros na genericamente reconhecida Fazenda do Largo (na época localizada no município de São João da Barra, e a partir de desmembramento ocorrido em 1995, no de São Francisco do Itabapoana).

Dentre as situações de conflito contempladas pelo Plano de Ação Agrária, figuravam as fazendas do Largo, Ponta do Largo e Atalho, em São João da Barra. Os desdobramentos dos conflitos, inicialmente na fazenda Ponta do Largo, ampliam o número de contendedores e os apoios institucionais a eles tributados. Parte da fazenda Ponta do Largo foi concedida aos escravos libertos pela proprietária da época, Mariana. Com o passar dos anos, o número de famílias aumentara, todas tendo permanecido como agricultores de mandioca e legumes diversos.

A fazenda do Largo, nome genérico que terminou por politicamente abarcar as demais, por essa amplitude alcançava 800 alqueires, dos quais, 611 correspondiam àquela unidade propriamente. Embora desapropriada em 1960 para assentar 300 famílias de agricultores, os órgãos do governo estadual não puderam decretar a imissão de posse por demora no pagamento de parcelas ao desapropriado. Essa situação facilitou a continuidade dos atos agressivos dos grileiros.

Os conflitos que se sucedem indicam as dificuldades de os posseiros reverterem o quadro de tensão, até mesmo pelas implicações políticas das alianças constituídas entre os considerados grileiros. Ações violentas como destruição de roças, cercas e casas, bem como impedimento de circulação dos posseiros na área tradicionalmente ocupada, eram patrocinadas por capangas amparados por policiais militares. Dentre os acusados grileiros, figuravam nomes de deputados e vereadores, Simão Mansur e Jorge Abreu foram os enfaticamente citados.

As formas de resistência dos posseiros contaram com apoio dos representantes da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), com presença imediata de José Pureza, conforme comentários de entrevistados e depoimento deste líder (Pureza, 1988). Mais ainda, com o apoio de todo quadro institucional que veio também assumir a *ocupação do Imbé*: Conselho Sindical de Campos, representação local do PCB. As lideranças dos posseiros acoados pelos grileiros também contou com simpatia de jornalistas do município de Campos e da cidade do Rio de Janeiro, tanto que esta situação é uma das mais noticiadas entre a década de 1950 e o golpe militar (*Última Hora, Luta Democrática, A Notícia e o Monitor Campista*).

Reagindo às inúmeras agressões, o Sr. Satiro Borges, em defesa própria, terminou por baleiar um dos capangas do grileiro e se viu obrigado a refugiar em matas circundantes para evitar o próprio massacre. Por ocasião da *ocupação do Imbé*, ele foi integrado como liderança no acampamento, ali permanecendo até o golpe militar, quando veio a ser preso, inclusive pela situação anterior, pela qual não respondeu

criminalmente por ter permanecido como foragido. Posteriormente também veio a responder pelo apoio político imediato a José Pureza. Os familiares do Sr. Satiro Borges permaneceram no acampamento do Imbé, até que foram transferidos para a gleba Vecchi. Tal como tradicionalmente na Fazenda Ponta do Largo, o Sr. Satiro agregava família extensa, composta por irmãos e filhos e respectivas unidades conjugais, bem como alguns outros grupos domésticos violentamente expulsos da Fazenda do Largo. Esse segmento de lavradores contribuiu decisivamente para os desdobramentos e conquistas alcançadas na *ocupação do Imbé*, Satiro Borges figurando, como destacou a neta entrevistada, *braço direito do Zé Pureza*.

Legitimando as ações das lideranças na *ocupação* para a tomada de decisão do engajamento na condição de ocupante, geralmente os entrevistados relativizavam os atributos do risco da empreitada de caráter *comunista*: de fato, segundo eles, não se tratava de *comunistas*, mas de pessoas que se empenhavam em *dar terra para os pobres* (mesmo que o nome por eles reconhecido para designar o processo fosse *reforma agrária*).

No decorrer do tempo da experiência em causa e no tocante à composição social dos *colonos*, vale ainda destacar a reafirmação do engajamento pela reprodução dos grupos familiares que se compuseram no processo, mediante a recorrente união conjugal dos filhos dos *colonos* entre si.

No próximo caso considerado, a rede de relações constitutivas do conhecimento sobre situações de redistribuição de terra se consignou pela articulação política das diversas experiências de trabalhadores afiliados à Ultab. Volto a destacar as oportunidades abertas de reprodução intergeracional na mesma posição, tanto que o entrevistado, tendo se integrado ao grupo de resistência na apropriação de lotes de terra em Pedra Lisa após o investimento produtivo dos *colonos*, veio a *comprar um direito lá*, isto é, pagar ao anterior ocupante, o custo dos investimentos em trabalho. Logo após, repassou o *direito* à filha para instalação na mesma posição, e deslocou-se para tentar outra chance no Imbé.

Continuando a caracterização das famílias entrevistadas que aderiram ao acampamento no Imbé, integrarei as informações de Da. Maria Moura, também ex-trabalhadora no sistema cafeicultura, com deslocamento iniciado supostamente do sul de Minas Gerais, onde desde há muito se desenvolveu a exploração agrícola do café. Embora por motivos diversos, a considerar a especificidade das razões do abandono da terra por dois irmãos que davam prosseguimento à vida familiar e produtiva (diante do

falecimento de todos os demais membros), a entrevistada acentuou o fato de a mobilidade de diversos trabalhadores pautar-se em referências vagas ao que ela qualificou como *sem destino*.

A economia cafeeira operava por princípios autárquicos, a despeito de ser atividade produtiva acentuadamente mercantil e visar basicamente à exportação do principal produto. Os trabalhadores se vinculavam (em tese) por tempo indeterminado e por previsão de reprodução intergeracional, se não na mesma fazenda, mas nas fazendas que compunham o sistema socioprodutivo. As crises de reprodução dessa economia, enfrentadas pelos fazendeiros por abandono dos tratos culturais e expansão da pecuária, empurravam os trabalhadores para espetacular processo de migração, como demonstram os casos aqui citados.

A (supostamente) confirmar as interpretações que estou elaborando, conto com a contribuição de Da. Maria Moura e seu esposo, em viagem migratória para Jacarepaguá, mas que, no caminho, encontraram outro trabalhador (Francisco Faria), nesse caso, embora diferente, com destino previamente definido: integrar-se à *ocupação no Imbé*. Ambas as famílias advinham da relação com a produção cafeeira no estado do Espírito Santo. O casal que convidara Da. Maria Moura e esposo a acompanharem outros grupos domésticos que de lá já haviam se instalado no Núcleo Colonial do Imbé, confirmava notícias de que, nessa região, estava-se *loteando terra*.

Em outro contexto da entrevista, melhor situada em termos temporais para definir sua chegada ao Núcleo por eventos para ela marcantes, Da. Maria Moura qualifica sua integração logo após o golpe militar, desde que levadas em conta as considerações por ela destacadas de que os *presos estavam de volta e alguns ainda se encontravam presos*.

A partir de informações de outros participantes da *ocupação*, com exceção das lideranças publicamente vinculadas ao PCB, os colaboradores mais diretos na organização do acampamento estiveram presos na Cadeia de Campos entre três e oito meses. Da. Maria Moura, a despeito dessa precisão, reafirma as dificuldades de, 50 anos após o golpe militar, localizar os que sofreram violências, porque dotados apenas de personalidade pública entre os pares. Sendo socialmente qualificados em plano vicinal, pelo reconhecimento assegurado por relações personalizadas, de proximidade e confiança, são assim por ela nomeados dois acampados que estiveram presos: Paixão e Zezé (pai de Ivana).

4.2. Os trabalhadores e os presos (políticos)

Quero ainda destacar uma clivagem fundamental na qualificação social das formas de inserção dos que, em diferentes momentos, participaram da constituição do acampamento ou do Núcleo Colonial do Imbé. Os que foram alcançados pelos pesquisadores haviam se submetido a intervenções ideológicas no sentido da demonstração de total desvinculamento com os objetivos qualificados *comunistas*. A partir do golpe militar, os que se integraram ao Núcleo, deveriam fazer prova de bons antecedentes, obtendo da Polícia (instituição relativamente indefinida, mas condição nem sempre equivalente para os que a nomeiam) declaração correspondente. Portanto, novas clivagens tornaram-se fundamentais na definição social da posição e das motivações dos que se integravam ao Núcleo, operando pela negação plena daquelas que animaram muitos dos que inicialmente aderiram ao acampamento. Os recém-chegados e os que permaneceram deveriam fazer prova da desvinculação ideológica com os que organizaram a *ocupação*.

Independentemente dessas ações posteriores ao golpe militar, isto é, no contexto de redefinição política institucional do Núcleo Colonial do Imbé, durante a anterior intervenção policial à procura de *comunistas*, todos, salvo incapacidade de demonstração ou de desrespeito à autodeclaração, deveriam encontrar meios para dar provas do distanciamento. Muitos deles, correspondendo ao estereótipo de *inocentes* úteis, *povo bobo*, afirmavam que nada entendiam de *comunismo*. Essas comprovações ideológicas não eram de difícil argumentação, porque a maioria dos participantes era levada à inserção por outros objetivos e princípios de legitimidade, como venho demonstrando. Identificavam-se à crença de que ocorria redistribuição pacífica de terra ou *loteamento de terrenos* que, na falta de autoridade legítima, legal ou atribuída, eles próprios não tardavam a condecorá-la, todavia, então no contexto da entrevista ou de reelaborações coletivas. Nesses exercícios políticos de atribuição de legitimidade ao exercício da autoridade, eles eram muitas vezes levados pela crença no líder carismático, sem considerar a base ideológica e política que permitia as condições de construção da liderança para esses atos excepcionais.

Além desses aspectos, ressalto que as concepções atribuídas aos designados *comunistas* eram de tal ordem desumanizantes, que as construções quase sempre eram fantásticas ou fantasmagóricas, mas pouco explicitadas, objetivadas ou encarnadas. Para a imprensa local os *comunistas* eram quase sempre caricaturados com *barbudos* e altamente armados, *dotados de metralhadoras* etc, em referência ao projeto político de

adesão à construção do socialismo, especialmente em Cuba. Como os trabalhadores interessados em obter um *terreno* não os encontravam segundo as caricaturas previstas ou fantasmagoricamente anunciadas, eles relativizavam tais pressuposições ou se pautavam em outras próprias, afirmando que lá *as pessoas não eram comunistas*, mas apenas *queriam ajudar os pobres*. Por essa crença, abundavam os exemplos de engajamento legitimado na *ocupação*. E para os que demonstraram atento cuidado na identificação dos *comunistas* no acampamento, esses eram colados a comportamentos que designavam como *brabões* (quem demonstrava radicalizada capacidade de luta e uso de violência física, inclusive assassinatos).

Ainda em desqualificação do pressuposto ambiente do acampamento por tensões e conflitos abertos, o Sr. Almerindo, em resposta à pergunta de Marcelo Hernandez, que indaga sobre pressões de fazendeiros, demonstra que estes se mantiveram presentes em fazendas vizinhas. Dentre estas, a fazenda *Opinião* era das mais citadas, mas principalmente o nome dos fazendeiros (como já exemplifiquei). Evoca então as diversas referências a trocas entre os *colonos* e os fazendeiros vizinhos, estes últimos reafirmando papéis consagrados pela dominação personalizada: empréstimo de caminhão ou outro meio de locomoção para socorrer familiar doente e desatolar veículos; construção de vínculos de trabalho assalariado ou por empreitada; concessão de área para constituição de sítio de cultivo de laranja em parceria. Além disso, aproveitamento de caminhão que se dirigia até a área para transportar lenha e palmito, produtos de trabalho extrativista, inclusive dos próprios *colonos*.

Marcelo Hernandez, aproveitando a referência do entrevistado à participação do Partido Comunista nas lutas sociais levadas a efeito na reafirmação do direito de lavradores em Pedra Lisa, procura compreender como o interlocutor, nessa situação, percebeu tal presença mediadora. Das informações prestadas pelo entrevistado, quero acentuar a continuidade entre práticas de lideranças constituídas na contextual luta pela terra e, no caso do Núcleo Colonial do Imbé, ainda que precariamente, apoio político que, após o golpe militar, foi oferecido por dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Este apoio foi fundamentalmente importante quando, segundo o entrevistado, os funcionários da Supra foram retirados dessa unidade de intervenção estatal. Nesse contexto liminar de reconhecimento de ausência de autoridade oficial, o entrevistado, talvez por ser detentor de experiências mais amplas ou por manter rede de relações com representantes de outros casos de construção de núcleos coloniais (relativamente suspensos no período pós-golpe), constituiu-se liderança neste novo contexto.

Entretanto, não sem insistir na advertência de que não era *comunista* ou contagiável por atributos correspondentes a essa posição política e ideológica. Definiu-se respondendo a anseios e projetos de colegas remanescentes que se retiraram e retornaram, quem sabe, para assegurar o direito à instalação em lote situado em outra unidade de ação institucional oficial. Constituiu-se, como demonstra, em principal mediador no projeto de deslocamento dos *colonos* do Imbé para Papucaia.

Quanto à relação dos *colonos* com representantes do Partido Comunista, Marcelo Hernandez interroga seu Cleriel, que se contrapõe, revidando supostamente uma compreensão negativamente atribuída ao comportamento de *comunistas*. Fazendo referência a caricaturas e reificações, seu Cleriel explica jamais ter participado de qualquer fato que comprovasse as suspeitas. De qualquer modo, adverte que todos se precavam de expressar atributos e atitudes identificáveis como *comunistas*. A partir desses raciocínios e diante das propostas de reflexão apresentadas por Marcelo Hernandez, Seu Cleriel sintetiza a identificação de *comunista* para quem se encontrava afiliado ao Partido Comunista; todavia, só amplamente reconhecida se participasse de promoção de distúrbio e desrespeito à vigente definição de ordem pública.

Todos os entrevistados demonstraram desconhecimento ou irreconhecimento da presença de Zé Pureza no acampamento, no máximo se referindo a visitas descontínuas desta liderança no Núcleo Colonial do Imbé, até porque, é de se supor, ele se encontrava vinculado à organização política mais geral (MACEDO et al., 2007).

Refletindo sobre a diferenciação e os conflitos internos ao acampamento, alguns entrevistados fizeram referência a tensões, por vezes exacerbadas, diante da diferenciação de engajamentos políticos e, ao final do processo, pela recompensa àqueles que negaram responsabilidade imediata com a organização da *ocupação* ou apoio direto às lideranças. De outro modo, também se justificavam pela ausência de condições objetivas para participação política na gestão de estratégias e recursos para consolidar o projeto de reforma agrária previsto pelas lideranças no pré-64.

Por correlação de alguns comentários sobre essa questão, conclui-se que, por rumores e críticas comportamentais, construiu-se, pela antítese da regra, um modelo ideal de integrante: que se ocupava de tarefas coletivas, que se engajava na luta, para além de se dedicar disciplinadamente à produção agrícola, que não saltitava em afiliações a múltiplas oportunidades de trabalho, fidelizando-se ao movimento de luta pela objetivação do projeto político de consolidação enquanto agricultor parcelar. Os comportamentos diferenciados entre os acampados eram geridos por acusações

fundadas em rumores, incidindo no reconhecimento de que um colega procurava prejudicar outro *fazendo macumba*, mas principalmente operando prática de violência sobre os bens acumulados pelo desafeto: soltar o gado da corda, impedir passagem de água por riachos, discordar da pesagem da produção de cada colono na entrega à cooperativa etc. E até mesmo a suspeita de que o companheiro armava tocaia para o assassinato do desafeto.

Sr. Almerindo, fiel admirador de Brizola, reage à definição do comportamento deste por aqueles atributos negativamente colados ou naturalizados para os chamados *comunistas*. Por isso, enfaticamente ele se apresentou ao administrador do Núcleo como se constituindo um *trabalhador* em busca de condições de reprodução social na posição. Por esses destaques, insiste na demonstração de sua entrada no Núcleo após o golpe militar (ou momento da *limpeza dos comunistas*). No entanto, ao advogarem e reafirmarem o desconhecimento dos que *foram presos* ou *apanharam*, eles se excluem da condição de testemunha ocular, sem contudo patentear que o tema foi intensamente reproduzido, tanto que os castigos e violências são lembrados e dramatizados. Quase todos os entrevistados comentam as agressões como se estivessem presentes, mas negam essa condição quando convidados a precisar quem *apanhou* e como se deu tal ação violenta. Nesses termos, grande parte do conhecimento produzido sobre a experiência da *ocupação do Imbé* se fundamenta em rumores ou do ouvi dizer, mas não vi ou diretamente vivenciei.

Para a maioria dos entrevistados, a diferenciação política foi fortemente reconhecida: os *trabalhadores* e *eles lá*. Esta última categorização encobria os chamados *comunistas* pela antecipada ressalva da distância física e social, principalmente os que, por tal posição, *foram presos e apanharam*. Outrossim, eram, para os entrevistados, agentes externos a universos imediatos deles: adotavam comportamentos reservados e seletivos em relação aos *colonos* que correspondiam às expectativas de fidelidade; faziam reuniões *secretas* e depois *impunham ordens*; praticavam proselitismo e demonstravam certezas incontestes.

Valorizando o papel dos chamados *trabalhadores*, o Sr. Almerindo, contrastivamente, exaltou o produto do trabalho imediato e prático. Salvo os que foram *postos para fora* por suspeita de adesão proselista e prática aos *comunistas*, os categorizados *trabalhadores* construíram um patrimônio de tenacidade, provisoriamente demarcado nos plantios que lá deixaram.

Da. Roseli, em situação de entrevista, informou que, quando foram transferidos para Papucaia, deixaram muitas fruteiras crescidas e dando frutos. Computou, para a própria família, seis pés de mexerica, diversas jaqueiras, mangueiras, muitas toceiras de inhame, bananeiras, roça de aipim e arroz, colhidos às pressas para trazerem mantimentos para o próximo assentamento. Comparativamente à produtividade da terra, ela acentua a prodigalidade do solo no Imbé; e o sobretrabalho e aumento do custo da prática agrícola em Papucaia: *Aqui você tem que arar para plantar o inhame. Lá não, lá era dentro da mata, a gente arrancava com facilidade.*

Todos entrevistados demonstraram que, quando residentes no Imbé, mesmo diante de tantas adversidades e crises pontuais de abastecimento, por efeito de fenômenos naturais e falta de estrada para circulação de mercadorias, eles puderam contar com momentos de *fartura*: de peixes, de caça, de frutas, de mandioca e farinha; puderam constituir pequenos patrimônios objetivados especialmente em algumas cabeças de gado.

O Sr. Almerindo (e seu pai, chefe do grupo doméstico) assevera que não se constituiu *invasor* porque sua família foi convidada, pressupostamente por funcionários da Supra, embora o convite recorrentemente fosse apresentado por outro trabalhador. Enfim, eles foram autorizados a receber um lote previamente demarcado. Operando com a representação reificada de *comunistas*, nesse caso figura dotada de atributos translúcidos e visíveis, Sr. Almerindo reafirma nunca tê-los visto; até porque, demonstra convincentemente ao pesquisador: havia divisão de trabalho que separava as ações políticas das economicamente produtivas. Os *trabalhadores* se encarregavam de plantar, colher e possivelmente vender algum excedente, enquanto as lideranças do movimento, *eles lá*, contavam com delegação local constituída por alguns lavradores, considerados, nesses casos, *braços fortes de Zé Pureza* ou *dos mandões*.

As razões dos conflitos entre os *trabalhadores* e os chamados *comunistas*, aqueles principalmente, em decorrência de terem permanecido e convivido com outras tantas famílias autorizadas por gestores da Supra, permitem-me afirmar: *após limpeza dos comunistas*, no imediato pós-64, ocorreu e foi dada continuidade à redistribuição de terra no governo militar.

No entanto, a inserção de *trabalhadores* após o golpe militar se fundamentou, suponho para diversos dos casos, na apropriação do trabalho alheio, objetivado na contextual patrimonialização do acampamento pela construção de casas, roças e pomares. Estes recursos foram aproveitados pelos que vieram a se integrar

supostamente sem risco político. A apropriação de produtos do trabalho dos colegas (presos ou que abandonaram o acampamento, intimidados pela violência dos militares) foi então banalizada, porque concebida como ato sobre o qual os incorporadores dos bens não se consideravam responsáveis. Os que objetivaram tal apropriação, em entrevista se apressavam em destacar que, caso aqueles colegas que, saindo da prisão, voltassem a residir no Núcleo Colonial, tais bens seriam e foram restituídos. Essa apropriação também ocorreu pelos que já se encontravam instalados. Valendo-se da vacância de lotes e casas dos que foram presos, geralmente os ocupantes do primeiro momento, buscaram alcançar melhor localização diante de riscos de inundação e proximidade com centros de poder que o *casarão* monumentalizava.

A referência aos expropriados como *os que foram presos* dificulta minha tentativa de aquilatar a que números eles correspondem. Associando-se a algumas das dispersas nomeações *dos que foram presos*, pressuponho que, na condição de agricultores, eles corresponderiam a uma meia dúzia. Ainda refletindo sobre informações fragmentadas, relevo a recorrência das investidas dos militares no espaço de instalação da colônia. Ela também se fundamentava na convicção, algumas vezes comprovada, de que os homens, passíveis ou não da impositiva culpabilidade diante da acusação de *comunistas* e *subversivos* e que direta ou indiretamente assumiram a *ocupação do Imbé*, esconderam-se nas matas da Serra das Almas. Diversos entrevistados fizeram referência a esse fato. Alguns, enaltecendo a própria dignidade moral, advertiam que não se acovardaram e aceitaram a humilhação de se esconder.⁸

Da. Maria Margarida é uma das entrevistas que se refere às diversas incursões policiais que se sucederam. Segundo ela, quase todos os lavradores (homens) do Núcleo Colonial do Imbé se esconderam nas matas adjacentes, antecipando-se ou na chegada dos agentes policiais. Estes sempre supunham que alguns dos procurados poderiam ter escapado ao cerco e/ou que os agricultores davam apoio aos vizinhos e familiares escondidos. Um dos entrevistados faz referência a sobrevoos de pequenos aviões no espaço, para ele tentando identificar *comunistas* ou agricultores considerados cúmplices. Por todas essas razões, internalizar comportamentos de total negação de vínculo com o que ou quem supostamente seria qualificado *comunista*, era estratégia fundamental para preservar o projeto de apropriação de lote produtivo de terra.

⁸ Os entrevistados relatam que Pureza se escondeu pelas matas e de lá alcançou chegar a localidades onde se apresentava por desconhecimento pessoal. Outros casos de fuga pelas matas e fazendas são relatados pelos afiliados remanescentes do PCB. Vale ressaltar nesse caso, o saber adquirido por agricultores nas áreas ocupadas por matas, conhecimento nem sempre operado pelos militares.

Apenas os entrevistados que gozaram de relações de proximidade e cumplicidade com o tão personificado José Pureza apresentaram versões moralmente abonadoras dos chamados *comunistas*. Da. Roseli, em sendo neta de Satiro Borges, como já destaquei, companheiro próximo de José Pureza, quando da entrevista que nos foi concedida, na ocasião (novembro de 2014) com 62 anos de idade biológica, releva a diferenciação de posições e de perseguições. Algumas intervenções operavam nos meandros da burocracia repressora, outras, naquela distância e isolamento físico e social (moral), eram praticamente clandestinas e assim impunes, operando como desvios de conduta funcional fundamentados na disseminação do pavor entre trabalhadores. O silêncio dos *colonos* também se fundamentava no fato de nem sempre compreenderem muito bem o que se passava, além de, como já demonstrei, justificarem seus atos de rebeldia e resistência por outros valores morais e sistemas de crenças.

Euzir Oliveira, aos 68 anos (filha de Tancredo de Oliveira, Vilela por cognome no PCB, que era funcionário da Estrada de Ferro Leopoldina e participante da base de apoio à *ocupação do Imbé*), em entrevista na atual residência, em 14 de novembro de 2014, relembra analiticamente essas distintas formas de identificação nominal oficial e por cognome. Além disso, demonstra como o reconhecimento e a perseguição pelos agentes da repressão militar eram seletivos, superdimensionando a participação dos que eram identificados como ideólogos do projeto político referenciado à reordenação das relações de classes sociais no Brasil de então.

Papai, eu acho que antes do golpe ele já estava visado. Ele sempre prevenia a minha mãe e os filhos. Um pouquinho antes da Revolução, já estava um pessoal atrás dele. Logo depois do Golpe, porque ele não foi preso de imediato, ele foi preso dias depois, prenderam um senhor, seu Manuel Vieira de Carvalho, que morava em Cachoeiro do Itapemirim, mas ele estava trabalhando aqui em Campos no telégrafo da Leopoldina. Ele mandou uma mensagem lá para os companheiros, porque ele era telegrafista. Aí abotoaram seu Manuel Vieira de Carvalho. Enfiaram dentro de uma litorina e pegaram o Fufu, que não era maquinista e nem também era um comunista, era simpatizante da causa, para conduzir a litorina. Aí botaram seu Manuel Vieira de Carvalho com Fufu, juntos dirigindo a litorina, só a máquina. E não sei como que resolveram por lá, porque Fufu saiu articulando que estavam levando Carvalho. E se levassem Carvalho, iam matar no caminho, porque, na verdade, era assim que eles estavam fazendo: botavam no trem, matavam e jogavam pelo caminho. Parece que aconteceu com Humberto da Rocha Azevedo (Francisco era o nome de guerra): sumiu lá de

casa para Belford Roxo e dentro do trem não chegou ao destino. As pessoas que viajavam, ouviram ele gritando, porque os policiais bateram muito...! E ele nunca mais voltou para nossa casa! A gente pensa que desapareceu porque nunca mais ninguém soube notícias dele.⁹ Eu não sei quem era a família dele, a gente não conhecia ninguém. Ele morava na nossa casa, aparelho do partido. Era um mentor que organizava as reuniões. Era o que dizia o que tinha que fazer.

Tinha uma senhora que vendia laço de coco. Meu pai falava: - *Vá lá na casa de dona Leci comprar laço de coco*. Eu falava: - *Cadê o dinheiro, pai?* - *Vai lá comprar o laço de coco e entrega isso aqui, ela vai saber o que é*. Era um bilhetezinho que nós levávamos para convidar, para vir para reunião porque era tudo clandestino. Aí dona Leci já sabia as pessoas que iam. Aí tinha Seu João Guarda que controlava o pessoal por lá pelo Imbé. Eu ia com papai no trem. Ele me soltava, eu entrava no meio do mato e ia lá na casa de seu João Guarda para avisar. João Guarda morava em Itereré. Esse trem passava pela linha que ia para São Fidélis. Meu pai, quando chegava ali perto, via com o maquinista do trem para dar uma paradinha, ele me soltava. Quando o trem voltava, ele parava um pouquinho e eu entrava no trem e vinha de novo para casa. (...) Não lembro o sobrenome dele, mas era Fernando, ele era de Cachoeira (Espírito Santo) e estava sempre lá em casa porque era ajudante de Manuel Vieira de Carvalho. Quando seu Carvalho foi preso (...), todos eles - *Tem que dar um jeito da gente libertar. São dois meganhas de merda que a gente tira de letra* (...).

No caso do meu pai, o pessoal ficou avisando: - *Tancredo, você foge, se esconde*. Mas aí tinham lá as tarefas dele do dia, dele apanhar o trem. Ele nesse período era manobreiro, nesse dia ele estava escalado e não queria deixar o trem. Eles botaram na escala: ou ele aparecia, ou ele ia para rua. Ele foi tirar o trem. E quando ele chegou na estação, tinha alguém esperando ele. Foi o Sebastião Piedade, que era ferroviário também, mas era da direita. Aí Sebastião Piedade apontou: - *Olha ali, aquele ali é o Tancredo*. E eu estava chegando com a marmita dele. Meu irmão tinha uma quitandinha, que ele fez para vender umas coisas, então ele ouviu: - *Prenderam o Tancredo!* Meu irmão veio correndo, ficou com medo de acontecer alguma coisa comigo, veio me proteger. Fui chegando, olhei para papai! Um moleque, novinho, deu um pescoção nele. Foi assim, dando pescoção, até entrar, não era um camburão, era um carro de

⁹ Nome citado na lista do edital de convocação para depoimento pelo Inquérito Policial Militar IPM-709, no Diário Oficial da União, Seção I, de 16 de novembro de 1965, página 16, em processo instituído para apurar “fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles (no documento categorizados cidadãos) que nos órgãos dirigentes do extinto Partido Comunista do Brasil, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

polícia meio esquisito, com umas portas grandes atrás...! Não sei se era verde...! Pegaram ele na plataforma e vieram com ele para o carro : - *Comunista vagabundo, subversivo.* Aí ele caiu lá dentro. Quando ele caiu, machucou um pouquinho, machucou a cabeça, aí ele sentou. Eu fiquei olhando, segurando a marmita, e comecei a chorar. Ele me disse: - *Levanta a cabeça, preso político é honra, vá para casa cuidar de obrigação.* Ele sempre falava comigo, com minha mãe, meus irmãos, e eu prestava muita atenção: - *Se acontecer alguma coisa, tem que queimar tudo, não pode deixar nada aqui.* Aí quando ele falou: - *Vai cuidar da obrigação,* eu saí correndo porque eu me lembrei: Acho que ele quer... (...) Obrigação, minha obrigação... ! Eu peguei um latão grande, eu joguei tudo dentro, fui jogando, botei fogo, botei querosene. (...) Aí eles foram lá em casa pegar provas contra papai, mas não acharam nada.

Nesse dia, metade do povo estava escondido. Acho que estava João Duro, estava um que andava com Jacir Barbetto..., estava Jamir Barbetto. Seu Humberto tinha sumido. Seu João Guarda, esse que andava sempre com Jacir Barbetto, Herval Arueira.¹⁰ Tinham ido para um canto lá no meio do mato. Tinha Cláudio Rosa, um marinheiro, não era de Campos não. Ele era marinheiro e foi preso em Niterói. Este foi para uma prisão, não sei se era no Rio, uma que atravessava de barca. Lá também, escondido, tinha Seu Raulino, que era do Paraná.

Prenderam meu pai. Ele foi para lá e a gente não sabia onde ele estava. Meu irmão foi procurar, mas não sabia, não sabia, não sabia onde ele estava, quer dizer, a polícia não informava. No DOPS, eles eram bem diferentes. Não encontraram prova do meu pai, não tinha como provar o que ele era porque a lista eu comi, então não achou nada, mas era comprovado para eles que meu pai era subversivo. E meu pai sumiu. A gente não sabia onde ele estava. A gente procurou, procurou, acho que tinha um senhor que foi preso com ele, José Cláudio, um escuro, ficou até cego..., de tanto apanhar! Esse Seu Cláudio depois falou com a gente, coisas que a gente não sabia. Quando ele ficou preso com meu pai, eles vinham e batiam muito, puxavam unha, do seu Cláudio não, mas do meu pai. Eles faziam necessidade nas mãos deles, esfregavam no rosto deles. Foi um negócio de assombrar. Mas nessa coisa, meu pai quebrou a perna, porque eles batiam muito, botavam choque. As pessoas contam que uns presos eram feito de mulher lá dentro. Uns não aguentavam e acabavam dedurando os outros. Meu pai era muito..., ele tinha um negócio...! Arrancaram as unhas dele. Diziam: - *Não é possível que a gente foi lá e não achou ninguém. Onde eles estão?* Mas nem pensavam que alguém podia ficar ali no telhado... ! Era um negocinho tão assim junto do telhado ! Eles estavam tudo deitadinho lá dentro, aí não achou nada. - *Aqui é o quê?* - *Aqui meus filhos que dormem...* - *Então tá bom, não tem nada. Mas*

¹⁰ Todos aparecem citados no IPM já referido.

tem, porque disseram que era aqui o esconderijo. Como não acharam prova lá em casa, eles disseram para a gente: - *Vão bater nele até ele dizer.* Aí tiraram as unhas, tirava com alicate, puxava e ia arrancando. Aí meu pai desmaiou, eles botaram num carro e jogaram num matagal. A gente não achava papai porque jogaram no matagal, na continuação da Alberto Torres, que era só terra e o resto assim, canavial. Eram lugares de mato. Ficavam ali as crianças brincando, soltando pipa, pessoal soltava porco para pastar... Eles jogaram meu pai ali. Uma mulher (...) foi lá em casa avisar que ele estava lá. Com as crianças brincando dentro desse matos, estavam caçando preá, acharam ele. Aí a Neia apanhou ele e escondeu em casa. Depois eles procuravam na casa da gente, não achavam, a gente também não sabia onde ele estava. Quando ele se recuperou, que ele pode falar, estava com a perna quebrada, mas o osso encaixou errado, aí ele ficou com uma deficiência na perna. Mais tarde tiveram que operar, mas não teve jeito, ele ficou puxando, andava meio de lado. Estava também com costelas quebradas. Nós pensávamos que ele tinha morrido, que ele tinha sumido. Quer dizer, ele foi ficando para lá porque tinha medo de aparecer e prenderem ele de novo. Porque eles jogaram lá pensando que tivesse morrido. Se ele morreu, então ele não esteve preso aqui. Não esteve aqui, não passou por aqui. Isso que aconteceu lá foi por ele mesmo.

Nós ficamos numa situação muito ruim, a gente sem comer, porque ele não tinha mais dinheiro, era da Ferrovia, não tinha salário. Foi a pior fase da nossa vida. A gente não comia. Comprava no armazém, mas passaram a não vender mais porque era subversivo, era comunista, não ia pagar. Lembro que eu tinha uma tia, esposa do meu tio, mamãe falou assim: - *Vão quietinho(s) lá para arranjar alguma coisa para comer.* A última coisa que a gente tinha comido nesse dia foi uma lata de marmelada. Nós repartimos a marmelada, dividimos e comemos. - *Vai lá na sua tia, não pede comida não, fica lá sentada, quando ela der o almoço, se ela oferecer, vocês comem.* Aí ficamos lá sentados na casa da minha tia, mas minha tia, também já morrendo de medo, porque já sabia que papai estava preso...! Era a única pessoa que tinha uma condição melhor. Meu tio não se metia com isso, trabalhava numa loja Neves & Irmãos, então ele tinha uma condição melhor. E aí nós ficamos lá, não sei se ela ficou com medo, que ela falou assim: - *Zizi, você quando quiser comer, você vem sozinha, não traz esse pessoal todo não.* Era muita gente lá em casa. Ela disse: - *Não traz essa gente toda para cá.* Aí ela tirou dois mamões, grandes, verdes e disse: - *Leva para casa e vê o que vocês fazem lá.* A gente só tinha sal, não tinha mais nada. Cozinhou aquele mamão para comer porque a gente já estava praticamente a uns três dias sem comer direito. Comemos aquele mamão verde, negócio horrível, cheiro ruim, tinha sal e água, mas a gente precisava comer. Aí eu saía, tinha uma barraquinha, o dono jogava

aquelas bananas estragadas, queimadas, que não ia mesmo vender, ele jogava no canto, eu ia lá, catava e passamos a comer aquelas bananas. Às vezes um tomate que estava estragado, passamos a viver assim, comendo o que aparecesse. Eu não sei quanto tempo...! Mas nesse período de papai preso, eu, já mocinha, falei : - Vou trabalhar. Eu tinha saído do Nilo Peçanha (escola), e pensei: - Eu vou dar um jeito de trabalhar (...).

Reproduzi esse longo trecho de entrevista por ser a única narração elaborada por maior controle de demarcações nominais e temporais; e exemplificar as condições de perseguição política aos que se afiliavam ao PCB ou estavam dotados de vínculo empregatício formal, facilitador de identificação em domínios de relações de referências mais amplas.

Da. Roseli e seu Helio encarnam duas das posturas adotadas pelos colonos. Ela pode nos trazer informações a respeito da adesão ao projeto de reafirmação da justiça social, como registra o seguinte depoimento:

Nessa época eu estava com 11 anos, eu era muito criança ainda! O Pureza estava lá com o pessoal. Eles começaram a trabalhar, a fazer a roça outra vez. (...) Nisso que nós entramos, era tudo mata fechada. Eu já estava com uns 13 para 14 anos. Fizeram as derrubadas, mas nisso que os homens foram presos, meu padrasto foi preso também, a gente plantava pelo meio das derrubadas. Eu e minha mãe com traçador, nós traçava a madeira, fazia as toras e, com aquelas cunhas, a gente fazia as achas e vendia para poder sobreviver. Vendia as achas de lenha. Eu, minha mãe, minha irmã e minha avó. Estávamos trabalhando, quando chegou em 64, que veio a revolução, estava todo mundo lá dentro: Pureza, Itamar, Pernambuco... (...) Itamar era colega de Pureza, Pernambuco também. Tinha um baiano, tinha uma porção deles também. (...) Adão Pereira Nunes ia bastante lá também. Ele era até compadre da minha mãe. Ia bastante lá também, ajudava muito a gente lá. Aí, quando anunciou que eles tinham que sair fora, que ia ter a revolução, saíram muitos, mas também ficaram outros lá. Meu avô (Satiro Borges) ficou tomando conta daquilo tudo lá. Como sempre, era o braço forte de Pureza. Aí meu avô pegou os negócios que Pureza tinha por lá, porque tudo ele entregou para o meu avô, fez, no meio da mata, um esconderijo, escondeu tudo, guardou tudinho lá e deixou.

(...) O Pureza ficou muito pouco tempo escondido por lá. Antes dos homens entrarem, Pureza saiu fora. O Pernambuco foi pego lá dentro, tem outro que foi pego lá dentro. É... Não lembro os nomes certos. Era muito difícil dar nome. Era mais companheiro, companheira. Eles pegaram e ficaram lá. E

passaram uns oito dias, pegaram meu avô, levaram meu avô. Aí eles acharam o nome do meu avô, por causa do tiro que ele tinha dado no cara, eles prenderam meu avô, meu avô ficou preso. Ele ficou preso, mas como meu tio era sargento, ele ficou tomando conta dele. Todo fim de semana meu tio trazia ele em casa, passava o fim de semana em casa. Aí nós ficamos em casa: eu, minha mãe e minha irmã, ainda lá no Imbé, trabalhando...!

- Nesse período que os homens ficaram presos, alguém ajudava?

Aí ninguém ajudava mais, a gente sobrevivía mais porque vendia acha de lenha, vendia o que tinha, e sobrevivía daquilo. E os outros que não tinham, uns foram saindo, outros foram ficando, a gente plantava aipim, fazia farinha lá dentro, eu já aprendi a mexer farinha, minha mãe fazia alguma coisa e vendia lá fora. Tinha um irmãozinho pequenininho que lá dentro ele morreu também. A gente vivia de caça, de arroz, plantava arroz e socava no pilão. Fomos vivendo assim. E aí ficamos. E aí foi quando, foi indo, meu avô saiu da cadeia, mas já estava velhinho, retornou doente, arrebitado de pancada. Aí descobriram lá que meu avô tinha essas coisas de Pureza. Muita arma. Arma, (...) tem umas fotografias que ele está dentro da mata com uma porção de homem, onde eles foram buscar, (...), eu olhei as fotos e falei: - Não quero falar sobre isso não! (...) Ele ainda ficou outro tempão lá preso, aí depois tiraram ele, foi quando a usina ganhou a questão, aí a usina tirou a gente de lá. Nessa época, das 200 famílias só tinham 84 famílias. (...) Já foi para o final, 1966, por aí afora, 1966, 1968, quando nós saímos de lá, mais ou menos. Foi bem depois.

Seu Hélio, ao contrário, demonstra-nos como foi possível incorporar-se ao Núcleo, negociando perspectivas ideológicas contrapostas. Intransigente marcador da identidade social pela contraposição ao projeto qualificado comunista, beneficiou-se de um lote aceitando como dados os maltratos impetrados, porque correspondentes à incorreta posição política assumida pelas lideranças invasoras. Além desses aspectos, como tradicional morador na região, imputou atributos negativos aos chamados comunistas, não somente porque associados à alegada subversão. Em entrevista, tomou a condição de migrante de estados do nordeste que alguns colonos-líderes representavam como justa razão da suspeita de que eram matadores refugiados do controle policial civil.

- Teve um cara lá que apanhou muito e muito. Pernambuco ou Baianinho ficaram presos, sofreram muito, apanharam muito, depois eles soltaram. Mas eles eram tudo matador profissional fugido da polícia. Estavam lá acoitados.

- Quem era Pernambuco?

– O nome dele eu não sei. Ele era conhecido com esse nome. Teve o Manequinho. Depois que voltou da prisão, ficou por lá. Chorou muito porque perdeu a terra, perdeu o trabalho dele, mas ainda quis dar ordem para cima da gente...! (Helio, 85 anos, entrevistado por Marcelo Hernandez e equipe, no Vecchi, maio de 2005)

Os entrevistados que viveram direta e localmente a experiência da *ocupação do Imbé* em grande parte construíram as justificativas para os fatos da repressão a partir de rumores, antecipadas justificadas de prevenção ou colando atributos de pessoalização às lideranças. Esta perspectiva se torna evidente na referência a Zé Pureza. De fato, como veio a se tornar conhecimento público, inclusive por depoimento do próprio líder, no dia do golpe militar ele fugiu do Núcleo Colonial do Imbé, onde se encontrava, evitando a prisão imediata; e só veio a ser preso, tempos mais tarde, mas por decisão própria de se apresentar às autoridades policiais no Nordeste (Pureza, 1982).

Muitos dos entrevistados, integrando os mesmos atributos desabonadores e desqualificadores projetados para as práticas das lideranças consideradas subversivas e desrespeitosas das leis do país, salvaguardando-se de castigos pela condição de ocupante, insistiram em contar e recontar, de fato pressupostamente, que o Zé Pureza *apanhou muito*, que *só faltaram matar ele no pau*. Assim concebendo esse ambiente de conflito e repressão, também justificaram porque eles foram poupados. Nesses termos, à clivagem *eles lá e os trabalhadores*, superpõem ou associam: *povo inocente ou trabalhadores versus os que foram presos ou apanharam da polícia*. Por fim, adotando formas de julgamentos criminalizantes, diferenciaram a composição do acampamento/núcleo colonial entre *invasores, os mais brabão e o povo bobo* - constituído de *inocentes ou ignorantes chefes de família*, integrado pelo afã de trabalhar e se constituir autonomamente.

O sistema de crenças pautado na organização do mundo social por autoridades externas que lhes impõem a internalização das condições de subordinação, também orientava muitos deles a indefinirem ou indiferenciarem as supostas autoridades oficiais. Por esses esquemas de pensamento, o Incra, como posterior instituição coordenadora de programas de redistribuição de terra, encobre o reconhecimento de todas as outras que a antecederam, inclusive as extintas por terem sido criadas em outros contextos e/ou terem os dirigentes tentado colocar em prática algumas das medidas preconizadas no pré-64. O reconhecimento generalizante do I, entre 1964 e 1970, de fato Ibra, dificulta qualquer oportunidade de apreender diferenciadamente

outras instituições que lá também atuaram, negando mesmo a presença da Supra, até porque, apenas o funcionário local ou o que participou da transferência dos colonos são ainda identificados.

Qualificando-se como *trabalhadores*, a distinção operava na contraposição do trabalho manual e imediatamente produtivo àquele devotado à prestação de serviços de representação delegada e de ação coletiva e política. Os *colonos* geralmente eram avessos ao tempo considerado perdido com o trabalho de formação política. Seu Helio exprimiu a reação reclamando que os *mandões*, termo cujo conteúdo deslegitima formas abusivas de autoridade, *ficavam falando, falando, repetindo a mesma coisa; ficavam lá com eles com muita conversa*.

A *limpeza policial* que excluiu os *colonos* suspeitos de vínculo e prática de ideologia comunista (geralmente homens), também incutiu ânimos mais serenos naquele espaço social. A despeito das reclamações decorrentes das constantes inundações e dos sofrimentos derivados da falta de recursos de assistência médica, carência mais dramática diante da morte e enterro de pessoas que lá se encontravam, em todo o contexto da *ocupação do Imbé*, as condições sociais de vida foram qualificadas por instigadora abundância de caça e de pesca, de alternativas de venda de palmito e, em certas condições, da madeira obtida pela derrubada de partes da mata para consituição das roças, da fartura de frutas.

As mulheres se encontravam em situação de mais proximidade com as lideranças nos diversos momentos aqui delimitados. Elas comentaram a divisão de trabalho sexual que a elas atribuía: no *casarão*, preparar o café para visitas e pessoas em reunião; como também a subdivisão dos alimentos que lá chegavam para redistribuição.

Após o golpe militar, tudo indica ter sido instituída uma cooperativa para compra e venda de produtos. A despeito das dificuldades de adoção de periodicidade oficial, o Sr. Almerindo a ela se refere pela eficácia. E o Seu Hélio, pelo espírito crítico, narra episódio de confronto com o mesmo Seu Manequinho, ao retornar da prisão e reassumir como *mandão* a cooperativa. Nesse caso então, é de se supor que a cooperativa foi criada em momento anterior ao golpe militar.¹¹

¹¹ Essa cooperativa e a respectiva capacidade de apoio à instalação dos colonos foram recorrentemente citadas pelos assentados do Projeto de Assentamento Novo Horizonte enquanto recurso legítimo para garantir o progresso do assentamento e dos assentados.

Enfim, manteve-se entre os entrevistados a distinção entre punidos e poupados; as lideranças administrativas e os *trabalhadores*, isto é, aqueles que lá permaneceram e deram continuidade ao processo produtivo para atender à subsistência da família.

5. E a luta continua!

Ressaltando ainda as dificuldades para alcançar um dos objetivos da pesquisa aqui textualizada, reafirmo a questão pela qual este texto se estrutura: como clamar pelo dignificado reconhecimento político e justiça social para os que, aderindo por ações práticas ao projeto político de objetivação do programa de reforma agrária, não alcançaram e ainda não podem alcançar reconhecimento público e oficial. Todavia, nesse plano de reconhecimento por agentes da repressão militar, foram vítimas de violência física e moral, tiveram vidas mutiladas, física e moralmente. Reafirmo então a impossibilidade de se dar por encerrada a luta pela dignificação de *posseiros* ou *trabalhadores*, situacionalmente reconhecidos por apelidos e cognomes específicos a essas relações pautadas em vínculos imediatamente interpessoais.

Os efeitos dessas secundarizações se exacerbam diante dos irreparáveis efeitos disciplinares de práticas de violência (dirigidas e difusas), até porque elas próprias eram recursos de repressão fundamental a reações e resistências. Pautavam assim o afastamento de qualquer outra mobilização imediata em defesa dos objetivos negados pelo golpe militar, dos vizinhos e parentes ou mesmo dos que ainda tentavam dissimular cooperações menos evidentes em atos de participação política tão condenados: *Arrebentaram eles no pau. Arrebentaram no pau! A polícia botou eles tudo pra fora.* Tais ações ao final facilitavam desautorizações de cumplicidades e de apoios aos que foram recriminados, violentados e presos.

Na expectativa da continuidade da luta social pela revelação pública e oficial da violência impetrada pelo regime militar, restam então as esperanças de digno reconhecimento social de tantos outros, alguns presos na Cadeia Municipal de Campos e, pelos que os conheceram, considerados desaparecidos, como Pernambuco, Baianinho, Fufu, Manequinho, Agostinho, Daniel, Paixão e Zezé (pai de Ivana)! E em respeito à memória pública, por tantas lutas travadas, na Fazenda do Largo, em São João da Barra, e posteriormente colaborando imediatamente com a gestão do acampamento, ao lado de José Pureza, homenagem a todos esses mártires da luta pela terra, individualizando o destaque para Satiro Borges que, após a prisão, voltou ao convívio dos familiares, todavia basicamente inválido fisicamente por efeitos de agressões físicas dos (também

anônimos) *militares*, ou seja aqueles que nessa experiência do Imbé se encarregaram de consagrar exemplar violência e desrespeito aos direitos humanos.

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc (2014). *Une ethnologie de soi*. Le temps sans âge. Paris: Seuil.

CAMARGO, Aspásia de Alcantara (coord) (1986). *Artes da Política, diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira - CPDOC/FGV.

GRYNSZPAN, Mário (1987). *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ), de Rio de Janeiro.

MACEDO, Marcelo Ernandez, Corrêa, Elisa F. (2007) Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Estudos de Sociedade e Agricultura*, Volume 15, nº 2, p. 368-392.

NEVES, Delma Pessanha (1999). Os trabalhadores tangidos pelo gado. *Revista Tempo*, PPGHistória- UFF, V. 4, p. 47 - 69.

NEVES, Delma Pessanha (1997a). *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. 1. ed. Niterói: EDUFF.

NEVES, Delma Pessanha (1997b). *Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas*. 1. ed. Niterói: EDUFF.

NEVES, Delma Pessanha (2004). *Do Imbé, novos horizontes*. 1. ed. Niterói: Intertexto.

NEVES, Delma Pessanha (2013). Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. IN: Marin, Joel O. B e Neves, D. P. *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria, Universidade de Santa Maria, p. 101-143.

NUNES, Adão Pereira (1979). *Do Planalto à Cordilheira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

PUREZA, José (1982). *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

SIGAUD, Lygia, ROSA, Marcelo, Ernandez, Marcelo (2010). *Ocupações e acampamentos. Estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960–2000. Rio de Janeiro: Garamond.